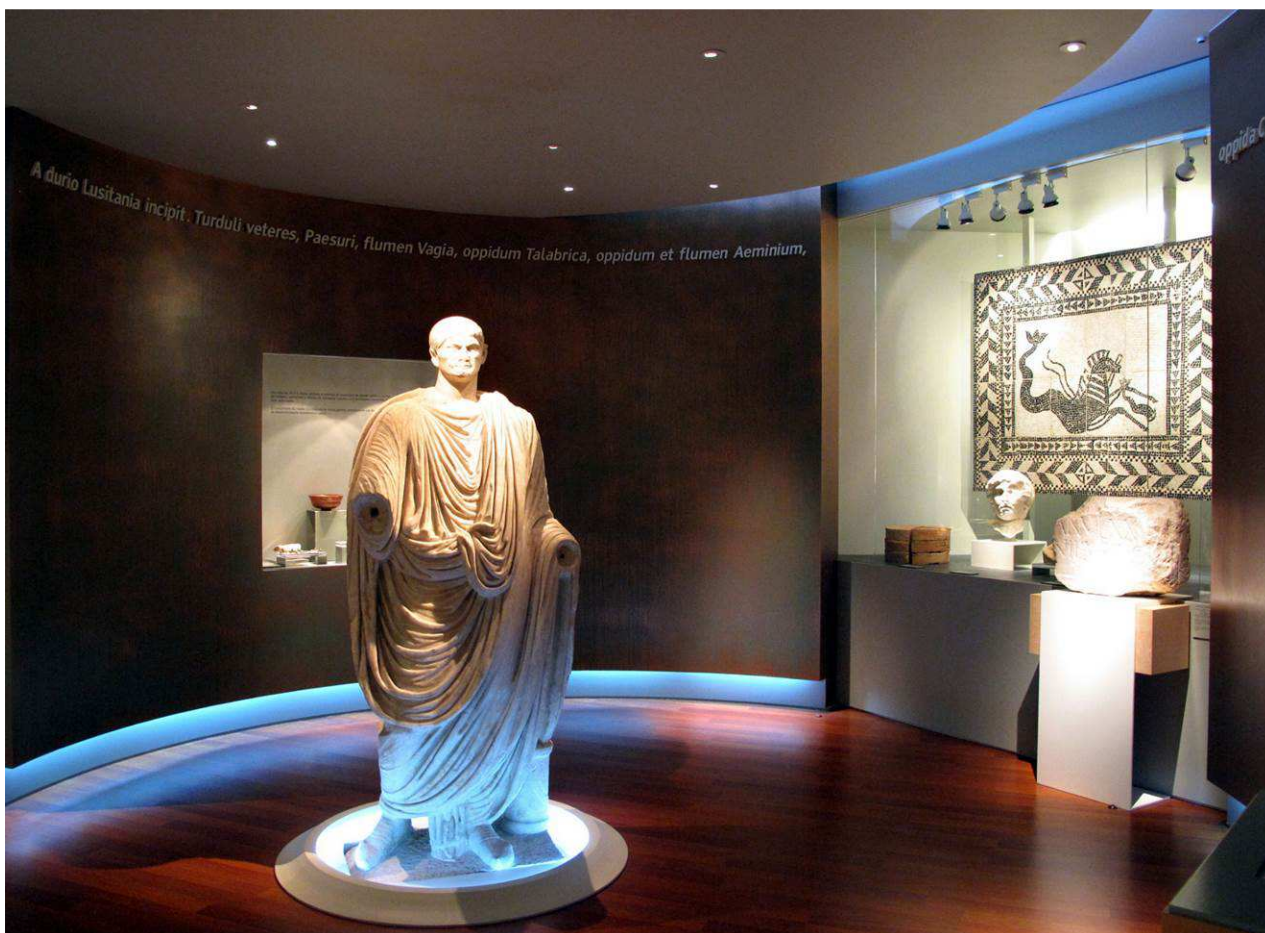

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE PORTUGAL

(31 de dezembro de 2015)





PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO



Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as regiões autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

O ano de 2015 teve a particularidade de coexistirem dois quadros de programação de apoios comunitários: o QREN e o Portugal 2020. Apesar do QREN ter encerrado o seu período de elegibilidade no final de dezembro de 2015, haverá ainda a possibilidade de validação de despesas apresentadas pelos promotores e efetivamente incorridas até essa data durante os primeiros meses de 2016.

No âmbito do Portugal 2020, para além do Programa Operacional Regional Centro 2020, os promotores da região poderão candidatar-se a apoios comunitários nos quatro Programas Operacionais Temáticos bem como ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) e ao Programa Operacional para os assuntos do MAR (FEAMP).

936 projetos e 138 milhões de euros aprovados no Centro 2020

Os primeiros concursos do Portugal 2020 abriram ainda em 2014, mais concretamente em novembro e foram relativos às estratégias integradas de desenvolvimento territorial (EIDT) e às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC). Desde essa altura, foram já abertos 593 concursos, dos quais 53 envolvem o Centro 2020 (Quadro 1¹). Nestes concursos, o Programa Operacional Regional do Centro já colocou a concurso 283 milhões de euros, o que corresponde a 13,1% do total da sua dotação (que é de 2.155 milhões de euros repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). Foi dada prioridade aos apoios às empresas dada a situação económica do país, nomeadamente em termos de apoio ao investimento produtivo gerador de emprego.

No Centro 2020, até ao final de dezembro de 2015, houve uma procura significativa, tendo sido apresentadas 3.268 candidaturas, com uma previsão de investimento de 996,5 milhões de euros, o que traduz um investimento médio por candidatura de 305 mil euros. Destas, foram aprovados 936 projetos, prevendo um investimento total de 292,6 milhões de euros e uma comparticipação financeira de fundos comunitários FEDER e FSE de 138,0 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no programa operacional regional envolve um investimento médio de 313 mil euros.

Tal como já foi referido, o volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial, no domínio da competitividade e internacionalização (Quadro 1 e Figura 1). Para além das candidaturas aprovadas neste âmbito (929), apenas estão aprovadas mais sete operações da prioridade de investimento (PI) 4.5 referentes aos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das CIM (um plano de ação por cada CIM, com exceção da Região de Aveiro que já tinha o seu plano aprovado anteriormente), a que está associado um montante de fundo comunitário de 623,7 mil euros. Os restantes 137,4 milhões de euros foram então destinados a projetos de empresas nas áreas da I&DT, da inovação e da qualificação e internacionalização (respeitantes às PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3).

Cerca de três quartos do valor de fundo comunitário FEDER aprovado no Centro 2020 respeita à PI 3.3 destinada à concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços. É, no entanto, de referir uma parte importante do valor de incentivo aprovado nesta PI (50 milhões de euros) está afeto a Instrumentos Financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o Centro 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD). A IFD foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

¹ Os quadros são disponibilizados nos Anexos.

Se a análise se centrar nas tipologias de investimento, verifica-se que o maior volume de aprovações respeita a projetos de inovação empresarial e empreendedorismo (Quadro 2 e Figura 2).

Figura 1. Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por Prioridade de Investimento (31 de dezembro de 2015)

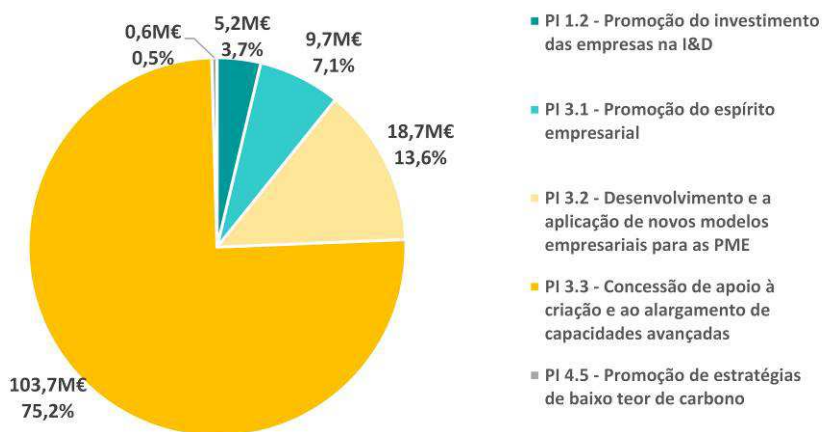
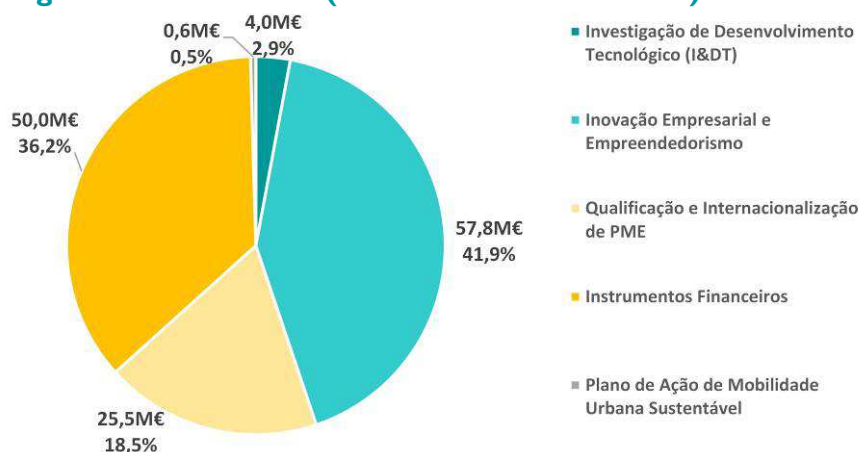


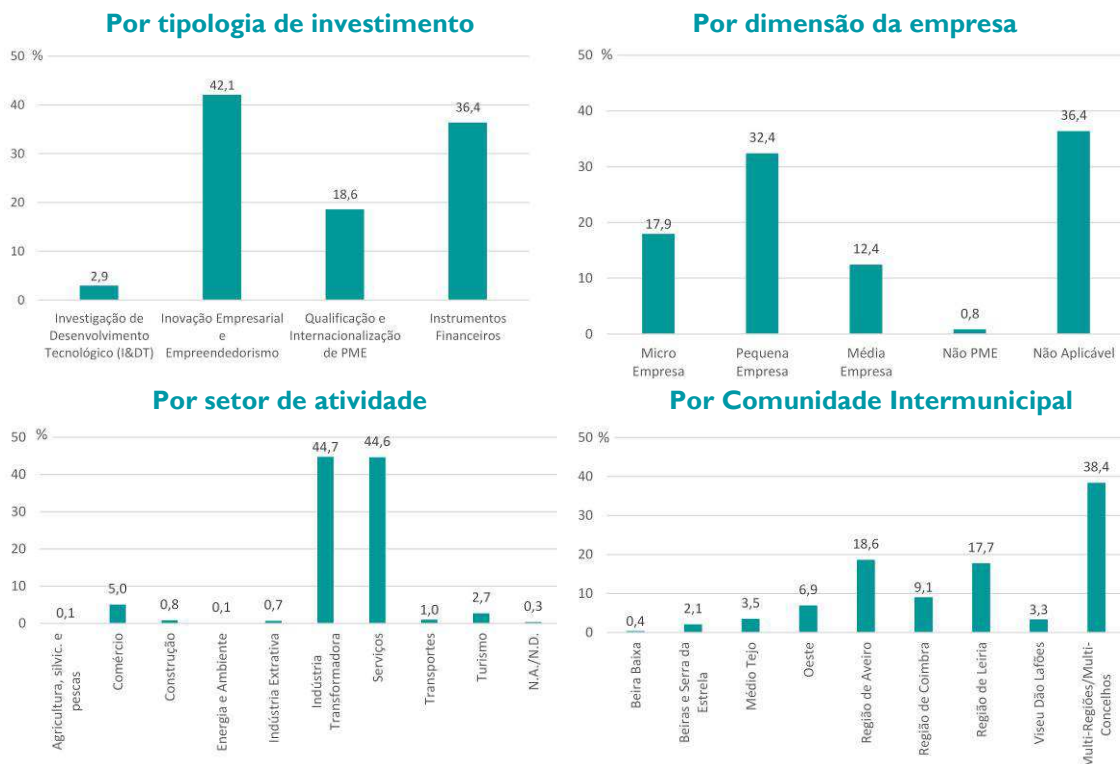
Figura 2. Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por Tipologia de investimento (31 de dezembro de 2015)



A análise é muito semelhante se for centrada apenas nos projetos empresariais comparticipados, uma vez que, como já foi referido, refletem a grande maioria das aprovações nesta data (mais concretamente 99,5% do fundo comunitário). Estavam aprovados 137,4 milhões de euros de incentivos, a que correspondem 234,2 milhões de euros de investimento elegível (Quadro 2). Deste valor de fundo comunitário, a maior percentagem refere-se a aprovações no âmbito da Inovação Empresarial e Empreendedorismo enquanto apenas 2,9% diz respeito a projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Grande parte destes são dirigidos a pequenas empresas (32,4%) e aos setores de atividade Indústria Transformadora (44,7%) e Serviços (44,6%). Relativamente à distribuição territorial dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020, os maiores valores respeitam a projetos localizados na Região de Aveiro e na Região de Leiria. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica dado que a maioria dos avisos de concurso já abertos respeitam a apoios às empresas e que nestes territórios a densidade empresarial é mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de

baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito mas à data de 31 de dezembro de 2015 não havia ainda valores aprovados (Figura 3).

Figura 3. Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Centro 2020 (31 de dezembro de 2015)



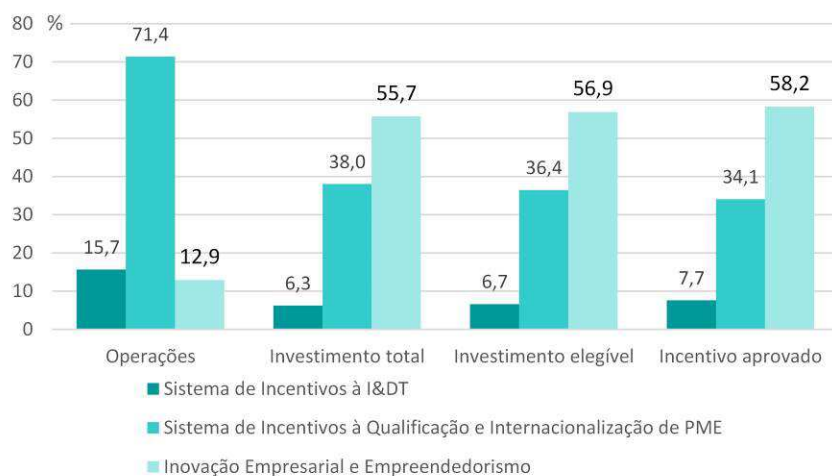
Mais de 460 milhões de euros aprovados para projetos da Região Centro nos quatro Programas Operacionais Temáticos

À data de 31 de dezembro encontravam-se aprovados mais de 460 milhões de euros de fundos comunitários, no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro.

Relativamente às empresas, para além do Centro 2020, os promotores empresariais da Região Centro poderão também candidatar os seus projetos ao programa operacional Compete 2020. Até ao final de dezembro de 2015 estavam aprovados no Compete 2020, na Região Centro, 255 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 202,2 milhões de euros e um investimento elegível previsto de 364,5 milhões de euros (Quadro 3).

A maioria dos projetos e valores aprovados até esta data respeitam à PI 3.3. Relativamente à tipologia de investimento, verifica-se uma maior concentração de operações aprovadas de Qualificação e Internacionalização de PME, envolvendo, no entanto, valores médios de investimento e de fundo comunitário aprovado mais reduzidos do que os projetos de Inovação Empresarial e Empreendedorismo, que é a tipologia com maior valor de incentivo aprovado (Figura 4). De facto, mais de metade do FEDER aprovado no Compete 2020 na Região Centro refere-se a projetos de inovação produtiva no âmbito desta tipologia.

Figura 4. Incentivos às empresas no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020 na Região Centro (31 de dezembro de 2015)

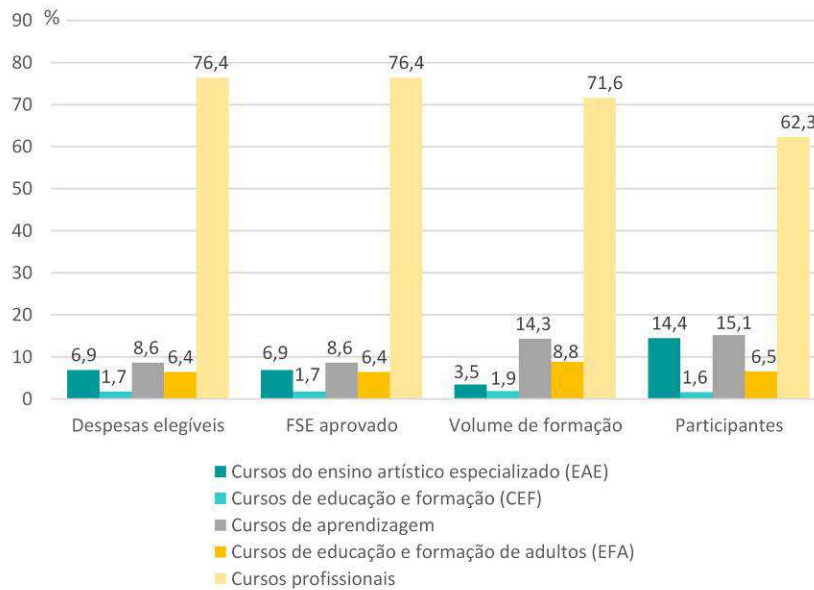


A competitividade está muito associada ao capital humano disponível. Assim, o investimento que é feito nesta área é da maior importância estratégica para o país e para as regiões, pois o seu retorno permite corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem ao nível das desigualdades sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, a produtividade dos recursos humanos e a própria especialização da economia.

Até 31 de dezembro de 2015, estavam já aprovados 190 milhões de euros de FSE, pelo PO CH, destinados ao cofinanciamento de 45 milhões de horas de formação e envolvendo cerca de 48 mil participantes em ações (Quadro 4).

Cerca de três quartos do valor aprovado destina-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrando para o mercado de trabalho e facilitando a transição da educação para o trabalho. Já no QREN eram os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo comunitário. De entre as restantes ações, a que envolve maior valor de FSE, maior volume de formação e de participantes é a que respeita aos cursos de aprendizagem ao longo da vida, visando a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores (Figura 5).

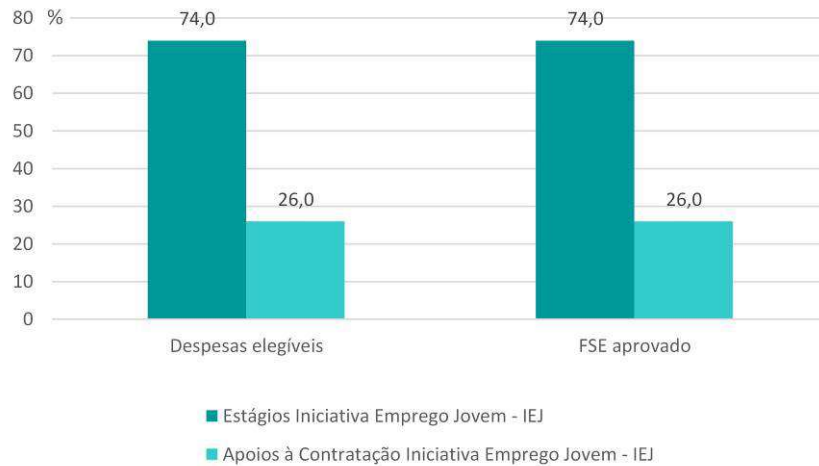
Figura 5. FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH) na Região Centro (31 de dezembro de 2015)



Como é referido no texto do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), este surge no contexto de crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos anos e que coloca “desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza, da promoção da inclusão social e do emprego, não só no curto mas também no médio prazo. Neste âmbito, tem vindo a assistir-se a um aumento da exposição dos agregados familiares a situações de risco de pobreza e/ou exclusão social, decorrente, em primeira instância, de uma menor participação no mercado de trabalho, resultante do aumento do desemprego e da sua duração. De facto, o acréscimo do desemprego, tanto na sua componente conjuntural como estrutural, conjugado com os baixos níveis de educação e qualificação certificada da população, tem conduzido a uma maior fragilização de vários segmentos sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, da sociedade portuguesa. Portugal continua, assim, a apresentar elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social”.

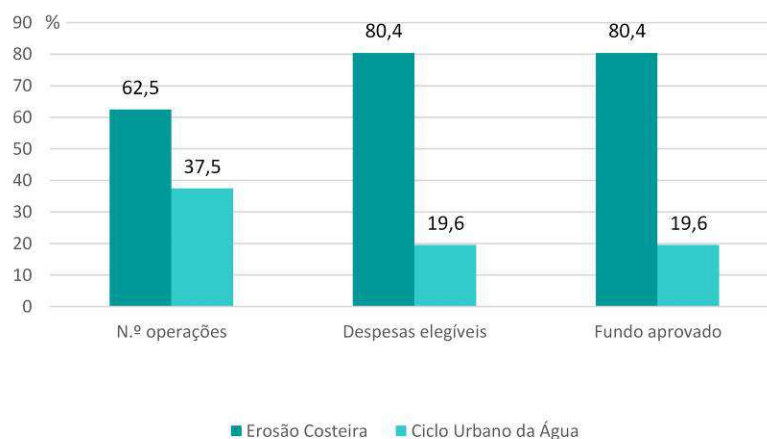
Até 31 de dezembro de 2015, estavam já aprovados 48 milhões de euros de FSE destinados ao cofinanciamento de ações no âmbito da Iniciativa Emprego Jovem: estágios e apoios à contratação (Quadro 5). Estes projetos visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude. São, no entanto, os estágios que absorvem a grande percentagem da verba total alocada à Iniciativa Emprego Jovem (Figura 6).

Figura 6. FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) na Região Centro (31 de dezembro de 2015)



Para a área da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos (PO SEUR), à data de 31 de dezembro de 2015, estavam aprovados oito projetos que envolviam 20 milhões de euros de fundo comunitário aprovado (Quadro 6). Cerca de 80% do valor de fundo comunitário aprovado respeita a projetos de prevenção da erosão costeira, mais concretamente um projeto para redução da erosão costeira do "Sitio" da Barrinha de Esmoriz e zona envolvente promovido pela Polis Litoral Ria de Aveiro e quatro operações relativas ao desassoreamento da zona superior da Lagoa de Óbidos promovidas pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Figura 7. Fundo comunitário aprovado no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) na Região Centro (31 de dezembro de 2015)



(31 de dezembro de 2015)



O QREN NA REGIÃO CENTRO



No período 2007-2013, foram principalmente os Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão que asseguraram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresentava uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontravam-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região phasing-out (Algarve); região phasing-in (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contemplava três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontrava-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) foi o sistema de financiamento da política regional europeia, para o período de programação de 2007 a 2013, em Portugal. As prioridades estratégicas do QREN foram definidas a partir do diagnóstico da situação económica e social do país e foram direcionadas, em primeiro lugar, para o aumento da coesão e da competitividade da economia portuguesa através de dois vetores fundamentais: a melhoria do capital humano e o investimento em inovação, investigação e desenvolvimento (em particular investimento privado). Estas prioridades basearam-se assim em vários desafios para o país e para as regiões, nomeadamente apostar na promoção da qualificação dos recursos humanos e no crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação do território e das cidades e aumentar a eficiência da governação.

31 de dezembro de 2015 marcou o encerramento da elegibilidade deste quadro comunitário. Até esta data, foram aprovados na Região Centro 6,2 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, refletindo-se num investimento previsto na região de 10,3 mil milhões de euros (Quadro 7²). Como os fundos comunitários alavancam um valor mais elevado em termos de investimento, gera-se um efeito multiplicador que potencia um maior desenvolvimento dos territórios. Tendo em conta o volume total de aprovações de fundos comunitários do QREN, este efeito multiplicador tem sido de 1,7 na região, o que significa que cada euro de fundos comunitários aprovados gera quase o dobro desse valor em investimento. Este coeficiente multiplicador era mais elevado mas nos últimos três anos diminuiu devido ao aumento das taxas de cofinanciamento resultante da aplicação dos memorandos de entendimento e da reprogramação financeira dos programas operacionais. Comparando os vários programas operacionais do QREN, verifica-se, assim, que este coeficiente é mais elevado nos programas em que a taxa de cofinanciamento é menor (2,5 no PO FC) e mais baixo onde a taxa é maior (1,4 no PO PH).

Região Centro absorveu 27% dos fundos comunitários do QREN

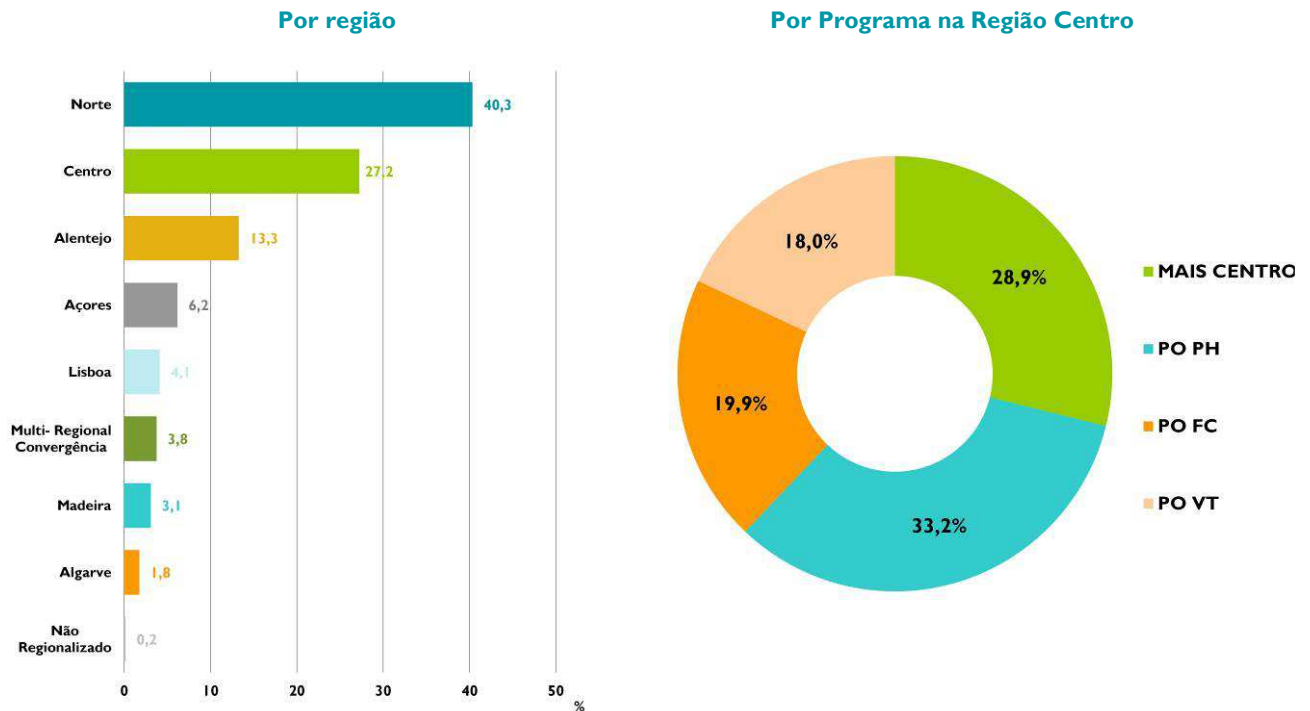
O Centro tem sido praticamente desde o início do período de programação a segunda maior região beneficiária de fundos comunitários do QREN entre as várias regiões portuguesas. Cerca de 27,1% do total de fundos aprovados no país respeitaram a projetos na região (Quadro 7).

No que respeita ao peso que a Região Centro assumiu no total de fundos aprovados no país em cada programa operacional temático, a posição regional foi mais forte no caso do PO FC em que a região representa 37,1% no total das aprovações. Relativamente às aprovações no total da Região Centro, continuou a manter-se o domínio dos fundos comunitários aprovados pelo PO PH (31,1%) e pelo Mais Centro (28,6%).

Em termos da execução dos projetos regionais no âmbito do QREN, a situação é idêntica. A despesa validada de fundos comunitários na Região Centro representou 27,2% do total nacional, sendo assim também a segunda região com maior nível de execução (Figura 8). Também ao nível da distribuição da despesa validada na região, se verifica, de igual modo, a importância relativa do PO PH e do Mais Centro, que concentraram, em conjunto, 62,1% do total executado na região (33,2% no caso do PO PH e 28,9% no do Mais Centro).

² Os quadros são disponibilizados nos Anexos.

Figura 8. Distribuição dos fundos comunitários executados no QREN



(31 de dezembro de 2015)

Região Centro é a segunda maior beneficiária do país em todos os programas operacionais temáticos

Para além do programa regional – Mais Centro, os agentes regionais puderam ainda candidatar os seus projetos a fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão através dos Programas Operacionais Temáticos.

O Mais Centro representa 22,3% do volume de aprovações entre os vários programas regionais e 29,3% se forem considerados apenas os do Continente. Mais de metade do FEDER aprovado no programa regional está concentrado em cinco dos 32 regulamentos existentes: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, Parcerias para a Regeneração Urbana, Incentivos à Inovação, Mobilidade Territorial e Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas (Quadro 8).

No Programa Operacional Fatores de Competitividade, foram aprovados 1,4 mil milhões de euros de FEDER respeitantes a projetos na região, no final de 2015, o que equivale a 37,1% do total aprovado no país (Quadro 9). Mantém-se, no entanto, como o programa com menor execução na região, o que se deve, em grande medida, à conjuntura que marcou os últimos anos com o setor empresarial a evidenciar grandes dificuldades, nomeadamente no acesso ao crédito, dificultando o financiamento da parte do investimento que não é comparticipada. Os projetos de inovação empresarial absorvem mais de metade do valor aprovado e realizado neste programa operacional na região, assumindo, simultaneamente, um importante peso no total nacional de FEDER aprovado no regulamento Incentivos à Inovação (43,1%). São ainda de destacar os valores

aprovados em projetos de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, de Engenharia Financeira e de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

O Programa Operacional Valorização do Território aprovou 1,1 mil milhões de euros de fundos comunitários para cofinanciamento de projetos na Região Centro até ao final de dezembro de 2015. Cerca de 62% do valor de aprovações e de total de despesa validada respeitava a projetos no âmbito da Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário, da Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento e das Redes e Equipamentos de Transportes (Quadro 10). A região destacava-se ainda pela capacidade de absorver mais de metade dos fundos nacionais destinados a projetos de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos e de Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano. Em termos de execução, destacam-se os projetos de Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações materiais), de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos, de Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental, de Combate à Erosão e Defesa Costeira, de Ciclo Urbano da Água (vertente em baixa), de Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos e de Prevenção e Gestão de Riscos (com taxas de realização superiores a 90%). Pelo contrário, é de referir a baixa realização dos projetos de Energia e de Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas, tendo em conta a fase final do quadro comunitário.

Por último, relativamente ao Programa Operacional Potencial Humano, os projetos aprovados envolveram um cofinanciamento de 1,9 mil milhões de euros de FSE na Região Centro, o que se traduzia num peso de 29,8% no total aprovado no país (Quadro 11). Os maiores valores de aprovações destinaram-se a Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos, Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior e Formações Modulares Certificadas que, no seu conjunto, concentraram 55% do total de FSE aprovado para projetos regionais. Os investimentos nestas áreas permitem reforçar a formação da população jovem e, simultaneamente, uma maior qualificação da população adulta ativa, o que é fundamental para a aquisição de novas competências necessárias à renovação do perfil de especialização produtiva. Grande parte dos regulamentos do PO PH apresenta uma taxa de realização bastante elevada ou já se encontram mesmo totalmente realizados.

Apesar da capacidade da região em absorver fundos comunitários nacionais ser distinta entre os vários programas operacionais, em todos eles a Região Centro se tem mantido como a segunda maior beneficiária.

Boa intensidade de apoio de fundos comunitários na Região Centro

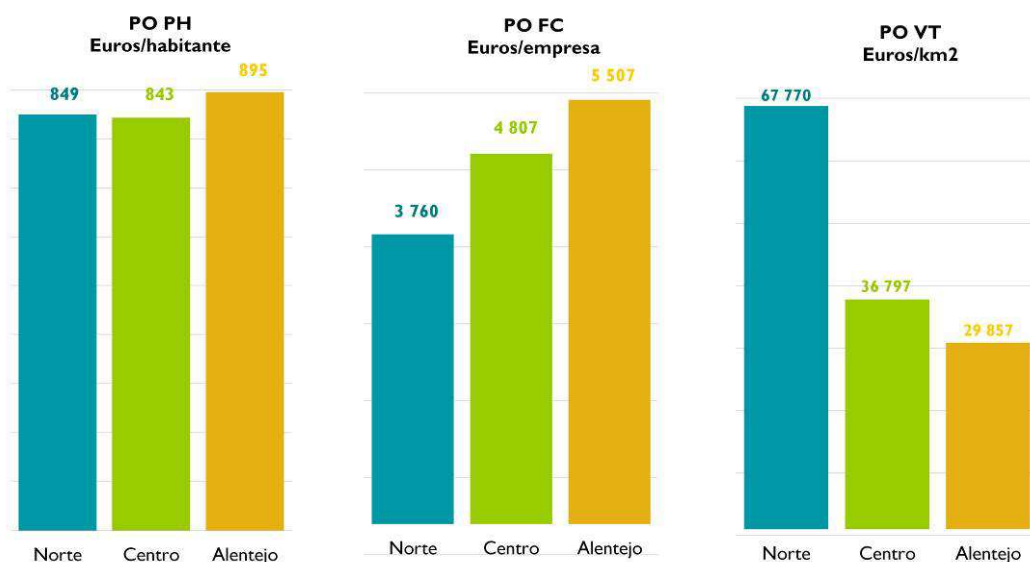
As intensidades regionais de apoio do QREN inerentes ao volume de execução podem ser medidas através da relativização dos valores da despesa validada de fundos comunitários por diferentes variáveis: no PO PH pela população residente na região, no PO FC pelo número de empresas com sede na região e no PO VT pela área territorial que ocupa a região. A intensidade de apoio nas regiões fora do objetivo convergência é muito reduzida dada a menor expressão do seu envelope financeiro. Para além disso, no caso dos Açores, as intensidades de apoio são necessariamente mais elevadas devido à configuração da região, uma vez que sendo um arquipélago há necessidade de maior investimento público independentemente da procura gerada (para assegurar serviços e deslocações inter-ilhas). Neste sentido, apenas é relevante comparar o desempenho da Região Centro com as regiões de convergência do Continente.

As disparidades das regiões de convergência, medidas pelas intensidades de apoio do QREN em termos da despesa validada de fundos comunitários, têm sido elevadas nos casos do PO FC e do

PO VT (Figura 9). No caso do PO FC, o Alentejo evidencia uma intensidade de apoio superior à do Centro, para a qual contribui a aprovação de alguns projetos com grande investimento público numa região com reduzida densidade empresarial. Já no PO VT, o valor mais elevado da relativização entre os fundos aprovados e a área territorial registava-se na região do Norte, o que é justificado pelos fundos aprovados envolvidos em projetos de infraestruturas de conectividade (exemplos do Metro do Porto e da Autoestrada Transmontana).

No PO PH as intensidades de apoio regional foram idênticas entre as três regiões de convergência do Continente, variando entre 843 euros por habitante na Região Centro (o valor mais baixo mas muito próximo do da região do Norte) e 895 euros por habitante no Alentejo (o valor mais elevado).

Figura 9. Indicadores relativizados da distribuição de fundos comunitários executados nas regiões convergência do Continente



(31 de dezembro de 2015)

Projetos empresariais na Região Centro tiveram um cofinanciamento de 1,3 mil milhões de euros de FEDER

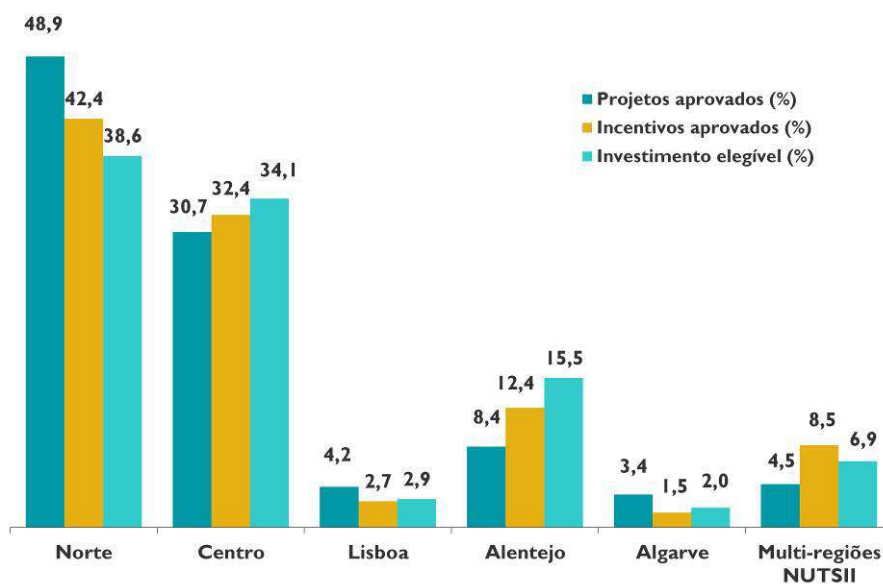
Os Sistemas de Incentivos do QREN foram um importante instrumento de cofinanciamento de investimentos empresariais na Região Centro, nomeadamente dos que se encontram alinhados com os objetivos estratégicos deste quadro de programação, ou seja, os investimentos empresariais de inovação, de internacionalização e potenciadores de qualificação e diferenciação.

No final do ano 2015, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.017 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,2 mil milhões de euros e um investimento elegível previsto de 2,8 mil milhões de euros, no âmbito do Mais Centro e do PO FC. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 32,4% do total de incentivos aprovados e 34,1% do total de investimento elegível (Figura 10). O peso dos incentivos aprovados às empresas na região

foi superior ao peso do número de projetos aprovados, o que não aconteceu em todas as outras regiões e que aponta para uma elevada dimensão média dos projetos empresariais regionais.

Estes indicadores apontam para um desempenho muito positivo da Região Centro na Agenda Temática da Competitividade no âmbito do QREN, o que também se verifica pelo seu posicionamento relativo face às restantes regiões. Apesar disto, durante o ano de 2015, continuou a registar-se descomprometimento de fundos comunitários devido a rescisões e desistências, o que implicou finalizar este ano com um número de projetos aprovados menor do que no final do ano anterior.

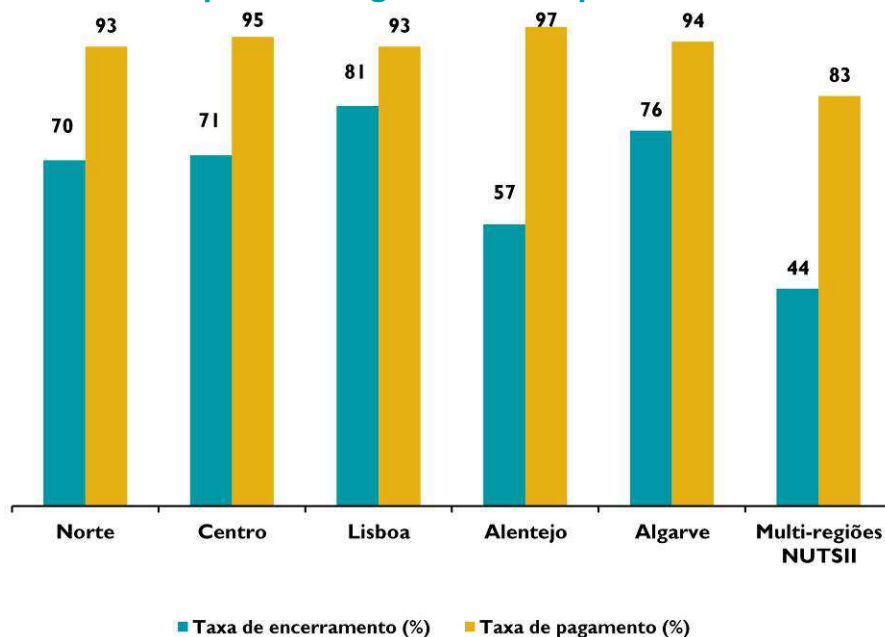
Figura 10. Incentivos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



(31 de dezembro de 2015)

Todos os projetos aprovados nos sistemas de incentivos, na Região Centro, se encontravam nesta data contratados (3.017) e destes 2.372 estavam encerrados. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 71% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) de 95%. Apesar destas taxas não serem muito elevadas dada a fase final de programação, a taxa de encerramento da Região Centro evidencia o melhor desempenho regional quando confrontada com as restantes regiões de convergência (Figura 11).

Figura 11. Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade



(31 de dezembro de 2015)

Nesta data, os pagamentos aos beneficiários dos sistemas de incentivos eram de 1.139 milhões de euros e respeitavam a despesas de grande parte dos projetos contratados e dos projetos já encerrados. Deste valor de pagamentos, cerca de 281 milhões de euros respeitavam a projetos financiados pelos sistemas de incentivos do programa operacional regional Mais Centro. Este volume de recursos financeiros do programa regional permitiu já apoiar na região, até à data, 1.737 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, das quais 388 são novas empresas/*start-up* e 167 são novas empresas/*start-up* de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

A partir de 2013 foi disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). No final do quadro, estavam aprovados 241 projetos na Região Centro. Dada a natureza desta tipologia de projetos, os investimentos envolvidos foram reduzidos, estando aprovados cerca de 5,5 milhões de euros de investimento elegível e 4,3 milhões de euros de FEDER.

Relativamente à distribuição sub-regional, os maiores valores de incentivo aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade têm-se registado nas sub-regiões do litoral, que são as sub-regiões com maiores densidades empresariais. Analisando os pagamentos efetuados aos beneficiários verifica-se que as empresas destas sub-regiões evidenciam também bons níveis de realização.



O MAIS CENTRO

Indicadores Gerais

Mais Centro regista 98,1% de taxa de execução no final de 2015

À semelhança dos restantes programas operacionais do QREN, os níveis de aprovações do Mais Centro no final de dezembro de 2015 eram superiores ao valor total de fundo comunitário FEDER programado para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.776,4 milhões de euros e 1.696,6 milhões de euros, respetivamente). Esta situação implicou uma taxa de compromisso superior a 100% (mais concretamente 104,7%) e, conseqüentemente, uma gestão de *overbooking* por parte da autoridade de gestão do programa, uma vez que se prevê que haja descomprometimento de FEDER não utilizado em algumas operações que ainda decorrem e que alguns projetos são encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, libertando verbas de fundo comunitário suficientes para todas as aprovações (Quadro 12). Esta é uma situação usual no final dos ciclos de programação, exprimindo uma prática de gestão que pretende a utilização da totalidade dos recursos disponíveis (considerando uma expectável libertação de verbas relativas a operações já aprovadas e que se fica a dever a cancelamentos, desistências e encerramentos com valores inferiores aos inicialmente aprovados). As Autoridades de Gestão dispõem ainda de alguns meses em 2016 para o encerramento dos seus programas, para proceder à validação das despesas apresentadas pelos promotores (incorridas até ao final de 2015).

O volume de aprovações e de compromisso no Mais Centro respeitou a 4.290 candidaturas, o que representa um saldo inferior ao final de 2014. Esta situação deve-se à aproximação do final do ciclo de programação em que o foco é a execução. No entanto, é de referir que na realidade o número de aprovações reflete os novos projetos mas também o cancelamento ou desistência de alguns projetos com menor maturidade. O FEDER aprovado e envolvido nos projetos aprovados era de 1.776,4 milhões de euros.

Nesta data, estão validados 1.664,6 milhões de euros de despesa de FEDER, o que corresponde a uma taxa de execução de 98,1%, faltando, assim, executar 32 milhões de euros (ou seja, 1,9% da dotação do Mais Centro). Estes resultados são muito positivos para um quadro comunitário que terminou nesta data, permitindo antever uma total absorção dos fundos comunitários (Quadro 12).

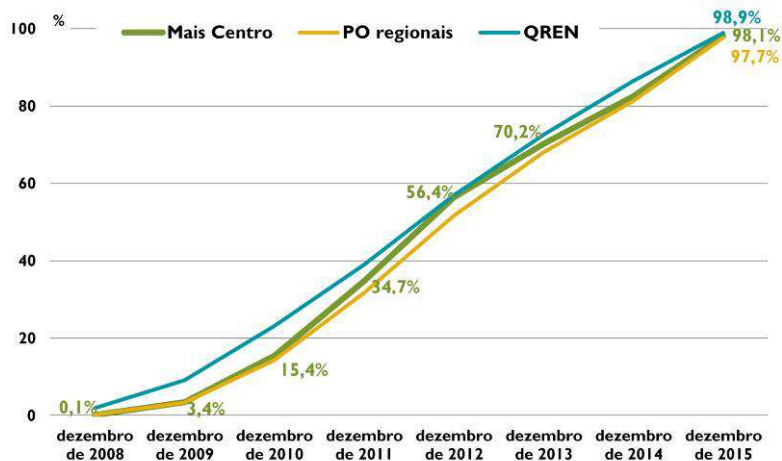
Desde o final de 2009 que a taxa de execução do Mais Centro se mantém acima da registada, em termos médios, pelos PO regionais do Continente e inferior à média do QREN (97,7% e 98,9%, respetivamente). Face ao final de dezembro de 2014, a taxa de execução do programa regional cresceu 15,5 p.p., o que se deveu a um aumento da despesa validada de 264 milhões de euros (Figura 12).

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1.646,6 milhões de euros, sendo assim inferior à despesa já validada, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 92,7% e numa taxa de reembolso (relação entre o FEDER pago e o FEDER validado) quase nos 100% (98,9%).

Com este nível de execução, o Mais Centro voltou a cumprir a regra $n+2^3$ no ano de 2015.

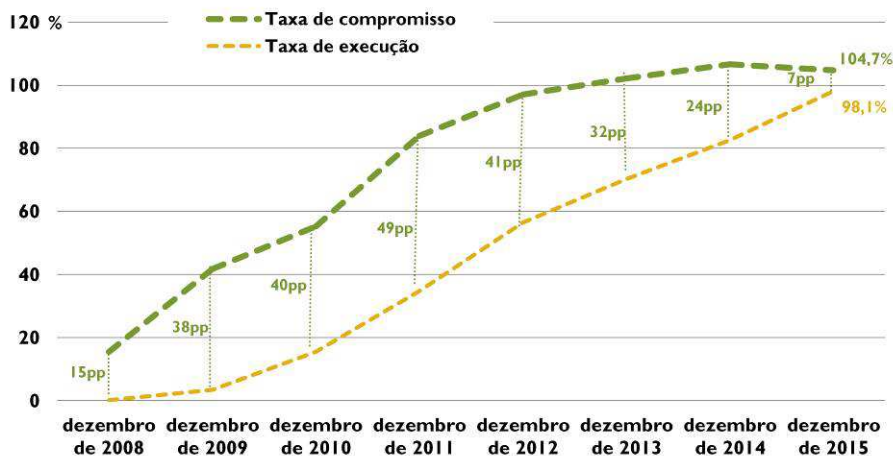
³ Norma comunitária, também conhecida por «regra da guilhotina». Na prática, esta regra significa que os fundos estruturais previstos para um determinado ano são definitivamente perdidos se o Estado-Membro não demonstrar a sua utilização efetiva à Comissão Europeia, através da apresentação de pagamentos intermédios, num prazo de 3 anos.

Figura 12. Taxa de execução do Mais Centro



O diferencial entre os níveis de compromisso e os de execução do Mais Centro voltou a diminuir no último ano, sendo de 7 p.p. (Figura 13). Este valor está aquém do diferencial verificado nos projetos cofinanciados apenas com FEDER (13 p.p.), do diferencial médio para o QREN (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) e para os projetos apoiados pelos outros PO regionais do Continente (8 p.p. nestes últimos dois casos).

Figura 13. Evolução do diferencial entre a taxa de compromisso e a taxa de execução do Mais Centro

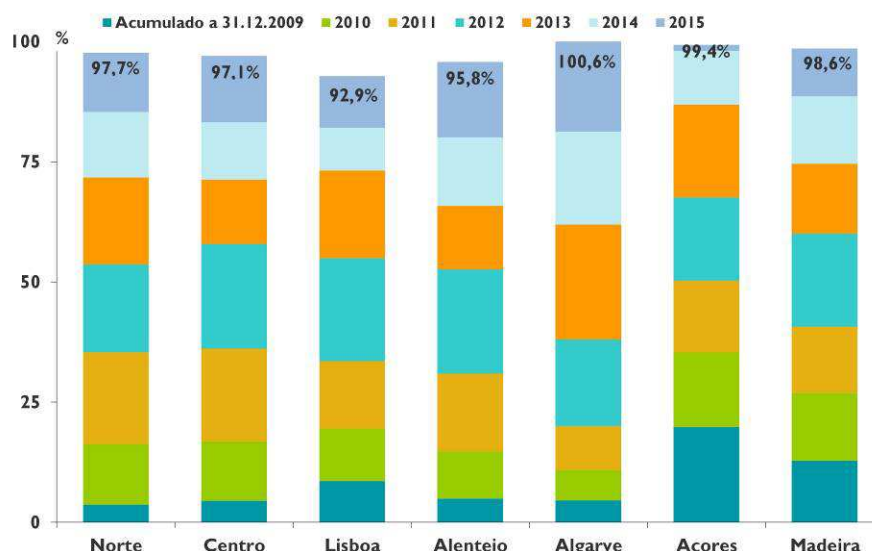


Relativamente ao rácio entre os pagamentos intermédios de FSE, FEDER e Fundo de Coesão e a dotação total de fundos, Portugal continuava com uma posição de destaque entre os países da União Europeia, apresentando um rácio de 87% do seu envelope financeiro, sendo a média europeia (UE28) de 80%. Apesar desta taxa ser distinta consoante o fundo analisado, Portugal situa-se sempre acima da média comunitária, sendo a mais elevada a de FSE em que 88% da dotação programada deste fundo no QREN foram já revertidos em pagamentos executados. No caso do FEDER e do Fundo de Coesão, esta taxa é de 87% quando a média da UE28 é de 80%.

Em Portugal, quanto ao total da dotação apenas de FEDER para cada PO regional (o único fundo comunitário que podem movimentar), o Mais Centro apresentava agora o terceiro maior valor

relativo de pagamentos aos promotores de projetos regionais do Continente (Figura 14), muito acima dos valores registados para o total do QREN e para a média da União Europeia, considerando como referência o FEDER em conjunto com o Fundo de Coesão. Mais de 97% do envelope financeiro do Mais Centro encontrava-se pago.

Figura 14. Rácio entre os pagamentos efetuados a beneficiários de FEDER nos PO regionais e o valor da dotação financeira para 2007-2013



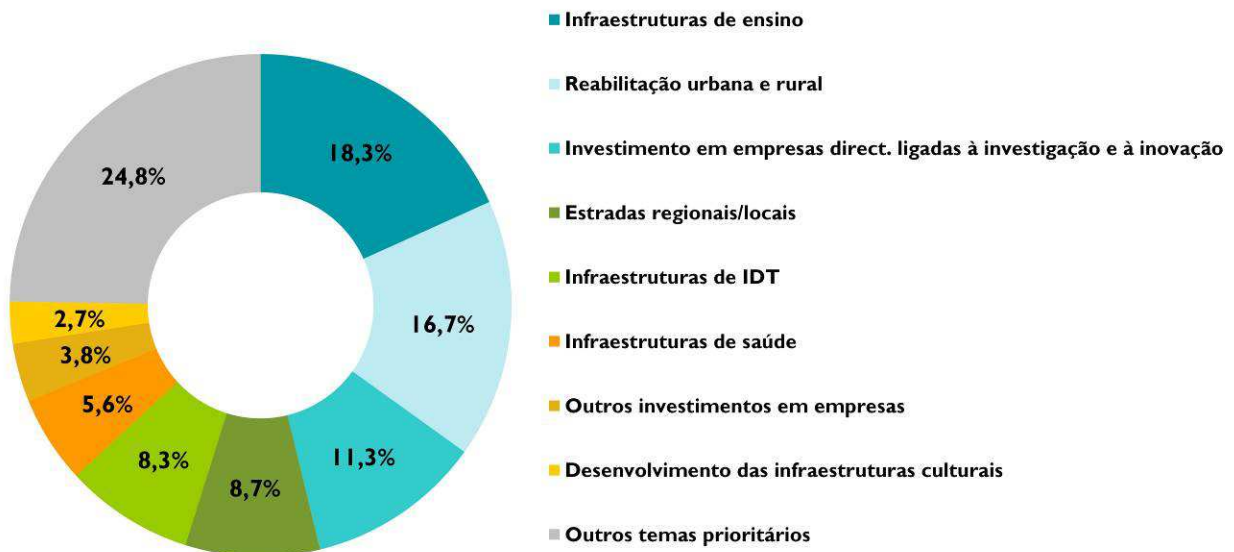
Metade da execução no Mais Centro em projetos do parque escolar, de reabilitação urbana e rural e de empresas ligadas à investigação e à inovação

Cerca de metade do FEDER já realizado no Mais Centro (46%) foi canalizado para projetos de infraestruturas de ensino, de reabilitação urbana e rural e de investimentos de empresas diretamente ligadas à investigação e inovação (Figura 15). No caso das infraestruturas de ensino, foram apoiados, em termos de construção ou requalificação, 242 estabelecimentos de ensino, dos quais 223 eram centros escolares e escolas do 1º ciclo do ensino básico e os restantes 19 eram escolas dos 2º e 3º ciclos. Estes investimentos rondaram 445 milhões de euros comparticipados pelo Mais Centro em 304 milhões de euros. Os projetos de reabilitação urbana e rural eram na sua maioria relativos a ações de valorização e qualificação ambiental, a redes urbanas para a competitividade e inovação e a parcerias para a regeneração urbana.

Com um peso no total de FEDER validado de 11%, encontravam-se os projetos de investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e inovação, mais concretamente projetos cofinanciados pelos sistemas de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) e à inovação (SI Inovação).

Os oito temas prioritários com maior peso no total de FEDER já executado (num total de 86 temas tipificados pela Comissão Europeia) concentravam 75,2% do total de fundo validado no Mais Centro, incluindo ainda investimentos em estradas, em infraestruturas de saúde, culturais e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

Figura 15. Fundo executado no Mais Centro por tema prioritário



Fonte: Regulamento CE 1083/1828 que tipifica 86 temas prioritários.

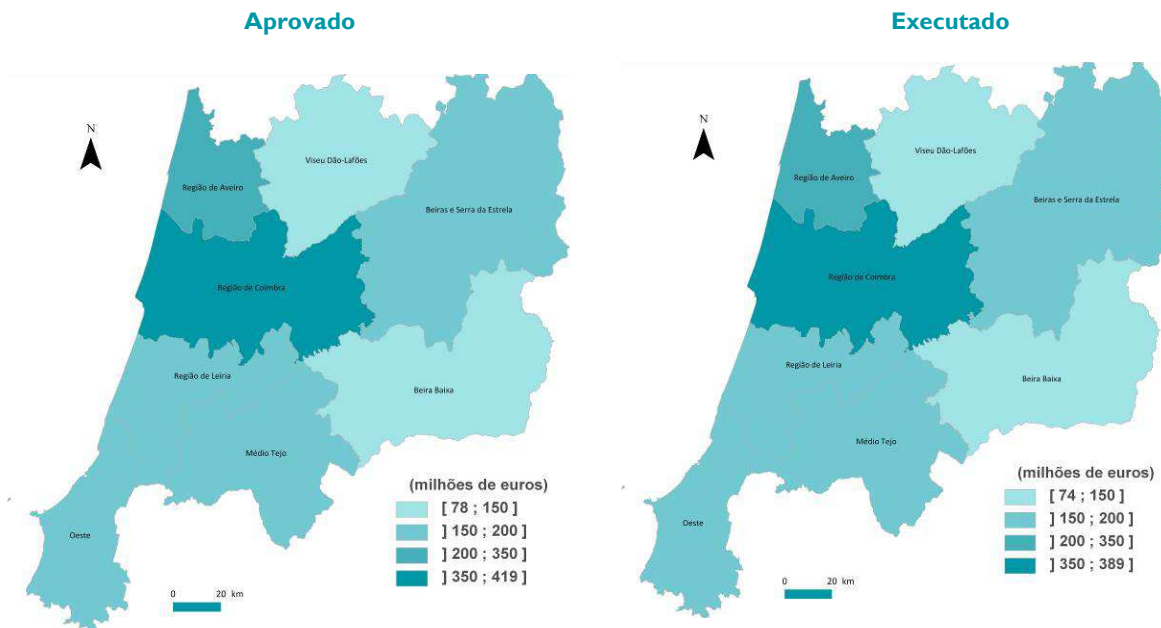
(31 de dezembro de 2015)

Região de Coimbra e Região de Aveiro são as sub-regiões com maiores níveis de aprovação e de execução

Em termos sub-regionais, não se evidenciam grandes alterações face aos anos anteriores. Assim, as sub-regiões com maior valor de fundo comunitário aprovado no âmbito de projetos candidatados ao Mais Centro eram a Região de Coimbra e a Região de Aveiro, que concentravam 43,5% do total (Figura 16).

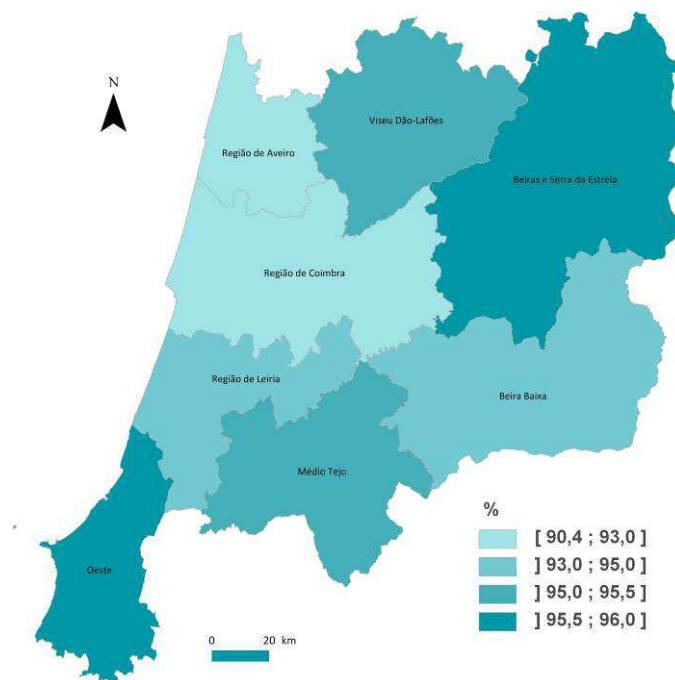
No que respeita à execução, a distribuição territorial é idêntica, com os maiores valores de despesa validada a observarem-se também na Região de Coimbra e na Região de Aveiro. Com valores de execução global de despesa já validada de fundo comunitário acima dos 150 milhões de euros encontravam-se ainda Oeste, Médio Tejo, Região de Leiria e Beiras e Serra da Estrela.

Figura 16. Fundo comunitário atribuído aos projetos no âmbito do Mais Centro



Relativamente à taxa de realização, ou seja, ao peso do fundo executado (avaliado pelo montante de despesa validada) no total de fundo aprovado, os maiores valores respeitavam a promotores com projetos nas sub-regiões Oeste (96,0%) e Beiras e Serra da Estrela (95,6%). Com menor capacidade de aplicação dos fundos comunitários, encontravam-se a Região de Aveiro e a Região de Coimbra, com taxas de realização de 90,5% e 92,7%, respetivamente (Figura 17).

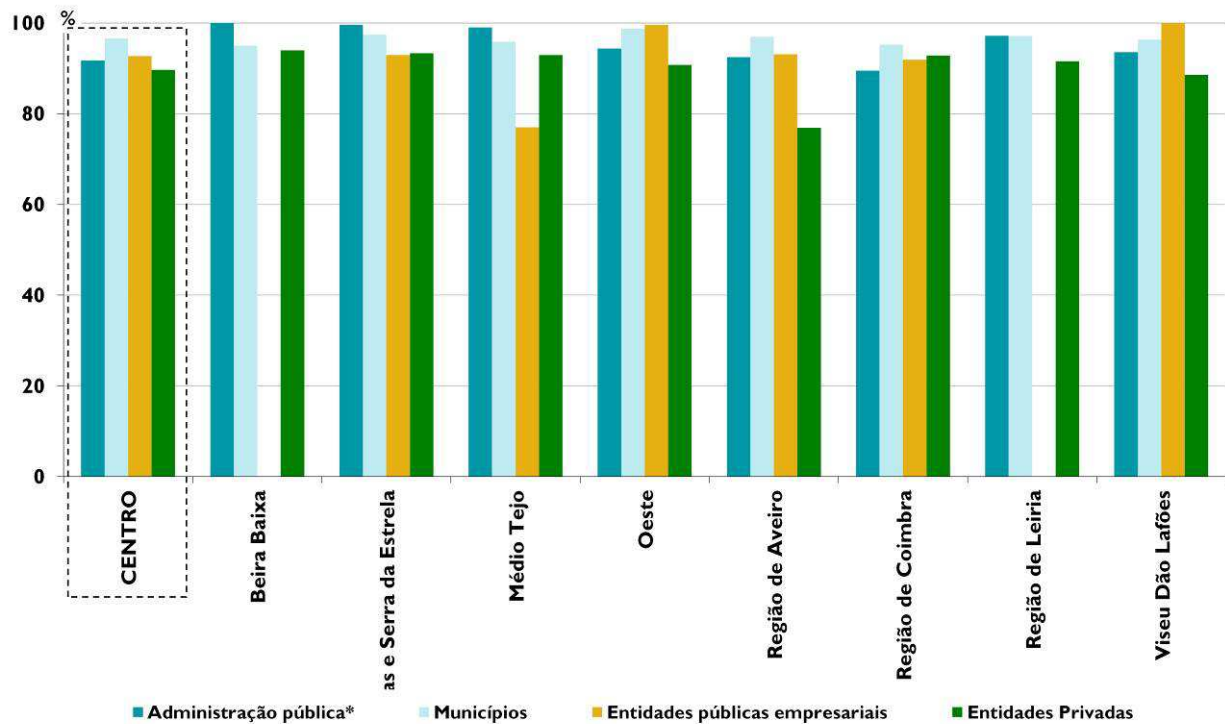
Figura 17. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) no âmbito do Mais Centro



Municípios foram as entidades beneficiárias com maior realização na região

À semelhança do que se tem verificado ao longo do período de programação, no final de 2015, as entidades beneficiárias/promotoras⁴ da Região Centro com maior capacidade de realização eram os municípios e as entidades públicas empresariais, com taxas de 96,6% e 92,7%, respetivamente (Figura 18). Nas NUTS III da Região Centro verificavam-se elevadas taxas de realização na administração pública, nos municípios e nas entidades públicas empresariais. As entidades privadas eram os beneficiários com menores taxas de realização em todas as sub-regiões.

Figura 18. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) dos projetos no âmbito do Mais Centro por entidade beneficiária/promotora



* Administração pública de administração direta e indireta e ensino superior.

(31 de dezembro de 2015)

⁴ As entidades públicas empresariais correspondem a empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo setor público, incluindo as empresas de âmbito municipal, intermunicipal ou regional (exemplos: hospitais e centros hospitalares (EPE); empresas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água; sociedades Polis). As entidades públicas empresariais aparecem individualizadas, apesar de serem de administração indireta do Estado. A entidade promotora municípios engloba os municípios, as juntas de freguesias, as associações de municípios ou ainda as comunidades intermunicipais. No caso da administração direta são essencialmente direções regionais ou serviços periféricos como as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), enquanto no caso da administração indireta se trata de universidades, hospitais públicos e institutos públicos.



Contratualização e Comunidades Intermunicipais (CIM)

529 milhões de euros de FEDER já executados no Mais Centro no âmbito da contratualização com as CIM

No âmbito das subvenções contratualizadas⁵ entre as Associações de Municípios (sob a forma de Comunidades Intermunicipais) e o Mais Centro, no final de 2015, estavam aprovadas 647 candidaturas, que previam envolver um investimento total de 761,6 milhões de euros com uma comparticipação FEDER de 535 milhões de euros (Quadro 13). O valor de FEDER aprovado no âmbito das CIM é superior ao total contratualizado em 2008 com as Associações de Municípios, já que aos valores iniciais foram, ao longo do período de programação, acrescidos reforços e projetos de educação em todas as CIM.

À data do encerramento da elegibilidade do QREN, no que respeita à execução das subvenções contratualizadas, a despesa validada de FEDER era de 528,7 milhões de euros, o que correspondia a uma taxa de realização média das CIM (FEDER validado/FEDER aprovado) de 98,8%, ou seja, acima da registada no total do Mais Centro. Com uma taxa de realização acima da média das CIM, evidenciando assim maior capacidade de execução, encontravam-se as CIM Beiras e Serra da Estrela, Oeste, Região de Aveiro e Região de Leiria (Quadro 13).

⁵ Importa sublinhar que, na região Centro, existiam, à data da programação do QREN, 12 NUTS III, mas apenas 11 CIM (a Comurbeiras abrange as NUTS III Beira Interior Norte e Cova da Beira) e 10 contratos de subvenção global pois existia um contrato conjunto para o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul. A partir de 2014, resultado da aplicação da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, passaram a existir na Região Centro oito CIM e respetivos contratos de subvenção. Por comodidade de linguagem, utiliza-se aqui a designação CIM para estes contratos de subvenção global no âmbito do QREN.

42% do FEDER validado de projetos contratualizados com as CIM respeita a investimentos de requalificação no parque escolar

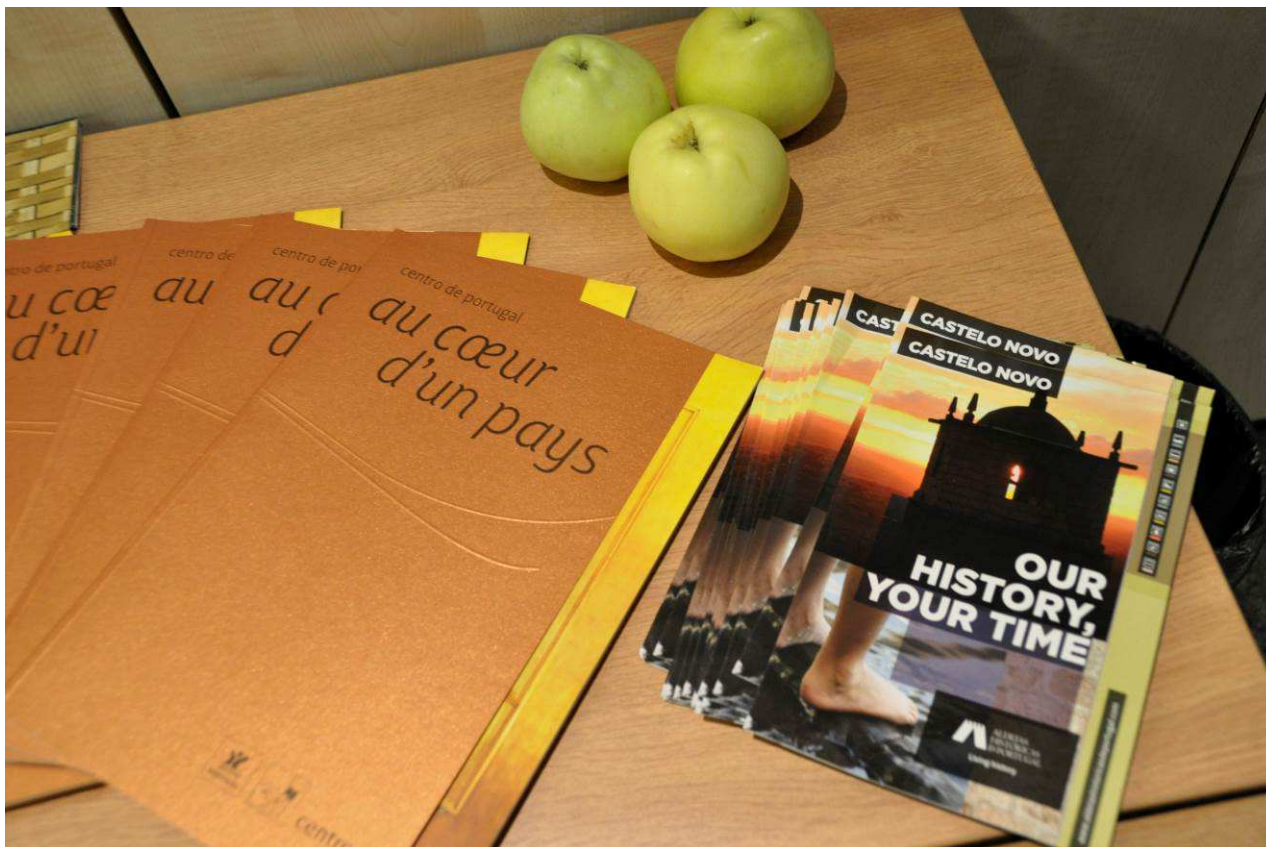
Na maioria das CIM, o regulamento com maior valor de aprovações e de fundo comunitário validado foi a Educação. Mais concretamente os projetos de requalificação da rede escolar representavam 41,9% do total de FEDER aprovado e 42,2% do validado, no final de 2015 (Quadro 14). Estavam contratualizados 198 projetos de requalificação das escolas do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar distribuídos territorialmente por 80 municípios e com um valor médio por intervenção de cerca de 1,7 milhões de euros de investimento total e 1,1 milhões de euros de cofinanciamento de FEDER.

Embora no início do período de programação tal não acontecesse, nesta data já todas as CIM tinham o regulamento da Educação contratualizado com o Mais Centro. É de destacar o predomínio deste regulamento no Oeste e no Médio Tejo (80% e 54% do total aprovado em cada uma destas CIM).

Quanto à taxa de realização média das CIM da Região Centro (FEDER validado/FEDER aprovado) esta é já muito elevada em todos os regulamentos e em todas as CIM.

Excluindo o regulamento Educação, verificou-se que, com exceção da Região de Aveiro e da Região de Coimbra, o maior valor de FEDER aprovado se destinava a investimentos em mobilidade territorial. Nestas duas CIM, o maior volume de aprovações, que não educação, respeitavam a investimentos em equipamentos para a coesão local (Quadro 15). No que respeita à execução, a situação foi idêntica (Quadro 16).





COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

Programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) na Região Centro 2007-2013

No conjunto dos Programas de Cooperação Territorial Europeia em que a Região Centro é elegível registou-se execução de despesa na ordem dos 21,6 milhões de euros com um FEDER associado na ordem de 16,2 milhões de euros. Mesmo tendo em conta que a mais-valia associada a esta tipologia de projetos, essencialmente imateriais, decorre do conhecimento, partilha de experiências e a consequente introdução de melhorias nas políticas locais e regionais o investimento associado é relevante.

POCTEP – Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013

O Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal POCTEP 2007-2013, no contexto do objetivo europeu da Cooperação Territorial Europeia, teve como objetivo primordial a promoção do desenvolvimento das zonas fronteiriças entre Espanha e Portugal, reforçando as relações económicas e as redes de cooperação. Este Programa contava com uma dotação financeira de 354 M€, dos quais 267,4 M€ (75,5%) foram financiados através do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

O Programa estava organizado territorialmente em 5 Áreas de Cooperação: Galiza/Norte de Portugal; Norte de Portugal/Castela e Leão; Castela e Leão/Centro de Portugal; Alentejo/Centro/Estremadura; e Alentejo/Algarve/Andaluzia). O Programa apoia ainda projetos que envolvem territórios e agentes de várias Áreas de Cooperação (Plurirregional).

O Programa foi estruturado em 4 eixos prioritários, de natureza temática:

- I. Cooperação e gestão conjunta para o fomento da competitividade e a promoção do emprego;
- II. Cooperação e gestão conjunta em ambiente, património e prevenção de riscos
- III. Cooperação e gestão conjunta em ordenamento do território e acessibilidades
- IV. Cooperação e gestão conjunta para a integração socioeconómica e institucional

No total das três convocatórias realizadas pelo Programa foram aprovados 216 projetos aos quais foi afeta a totalidade da dotação FEDER. Destes, 60 projetos envolveram entidades da Região. Até setembro de 2015, foi validada despesa no valor de 11 milhões de euros, o que equivale a um apoio FEDER de 8,25 milhões de euros.

Programa de Cooperação Transnacional SUDOESTE EUROPEU 2007-2013

O Programa de Cooperação Transnacional Sudoeste Europeu 2007 – 2013 (SUDOE IVB) tem como principal intuito a consolidação do espaço do sudoeste europeu (Portugal, Espanha, algumas regiões do sudoeste de França e Gibraltar – Reino Unido) como um espaço de

cooperação territorial nos domínios da competitividade e inovação, do ambiente, do desenvolvimento sustentável e do ordenamento do território, que contribuisse para assegurar uma integração harmoniosa e equilibrada das suas regiões no âmbito dos objetivos da coesão económica e social da União Europeia.

Para responder à estratégia de desenvolvimento perseguida pelo PO SUDOE, foram definidos quatro grandes eixos prioritários de ação:

- I. Promoção da inovação e constituição de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica;
- II. Melhorar a sustentabilidade para a proteção e conservação do ambiente e meio natural do SUDOE;
- III. Integração harmoniosa do espaço do SUDOE e melhoria da acessibilidade às redes de informação;
- IV. Impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável aproveitando os efeitos positivos da cooperação transnacional.

No caso da Região Centro, no conjunto das cinco convocatórias do Programa, houve envolvimento de 25 entidades num total de 35 projetos. Até 30 de junho de 2015 foi validada despesa no valor de 3,77 milhões de euros o que equivale a um reembolso FEDER de 2,83.

Programa de Cooperação transnacional Espaço Atlântico 2007-2013

Como parte da política de coesão da União Europeia, o Espaço Atlântico apoia projetos de cooperação transnacionais em 34 regiões de cinco países do Atlântico: França, Irlanda, Portugal, Espanha e Reino Unido, contribuindo assim para a concretização da coesão económica, social e territorial.

As prioridades identificadas para este período foram:

- I. Promover redes transnacionais de empreendedorismo e inovação;
- II. Proteger, assegurar e valorizar de forma sustentável o ambiente marinho e costeiro;
- III. Melhorar a acessibilidade e as ligações internas;
- IV. Valorizar as sinergias transnacionais em matéria de desenvolvimento urbano e regional sustentável.

A Região Centro registou, nas quatro convocatórias realizadas, a participação em 18 projetos, através de 15 entidades. Até 30 de junho 2015 registou um total de despesa validada na ordem dos 4,8 milhões de euros para um FEDER de cerca de 3,43 milhões de euros.

Programa de Cooperação Interreg IV C 2007-2014

O Programa de Cooperação Inter-regional INTERREG IVC teve como grande objetivo incentivar a colaboração em toda a Europa. Partindo da experiência dos programas anteriores, pretendia estimular as regiões europeias a partilhar conhecimentos e soluções entre todos e melhorar a eficácia das políticas e instrumentos regionais. Os parceiros conheceram e trabalharam juntos na

resolução de problemas comuns de forma adequada à especificidade de cada região, com base nas soluções testadas e comprovadas de outras regiões, adaptando-os às suas próprias condições.

O INTERREG IVC, em linha com a política europeia de coesão 2007-2013, tinha como objetivo incentivar o desenvolvimento económico global e reduzir as diferenças entre as regiões em termos de riqueza, receitas e oportunidades.

A fim de canalizar os esforços para os melhores resultados, o programa centrou-se na melhoria das políticas regionais e locais em duas áreas:

- Inovação e economia do conhecimento
- Ambiente e de prevenção de riscos

Estas prioridades estão associadas a dois objetivos da União Europeia: a agenda de Lisboa (para tornar a Europa a economia mais competitiva do mundo e alcançar o pleno emprego) e a Agenda de Gotemburgo (para adotar um padrão de desenvolvimento mais sustentável, combinando crescimento económico com a proteção do meio ambiente).

Neste período de programação a Região Centro participou, através de 11 entidades distintas, em 8 projetos, com uma despesa total elegível de 1,28 milhões de euros e um FEDER associado de 1,044 milhões de euros.

Programa de Cooperação Transnacional MED 2007 – 2013

O Programa de Cooperação Transnacional MED 2007 - 2013 agrupou os espaços correspondentes dos anteriores programas Medocc e Archimed e tinha como grande objetivo o apoio à partilha de experiências, conhecimento e melhoria das políticas públicas, entre as autoridades nacionais, regionais e locais e outros atores territoriais.

Este Programa pretendia fazer do conjunto do espaço MED um território capaz de rivalizar com os seus concorrentes internacionais, condição essencial para assegurar o crescimento e o emprego para as gerações próximas. O princípio de desenvolvimento contínuo implica além disso favorecer a coesão territorial e intervir ativamente em prol da proteção do ambiente.

Os eixos prioritários de intervenção estabelecidos no âmbito do Programa MED:

- I. Reforço das capacidades de inovação;
- II. Proteção do ambiente e promoção de um desenvolvimento sustentável territorial;
- III. Melhoria da mobilidade e a acessibilidade dos territórios;
- IV. Promoção de um desenvolvimento policêntrico e integrado do espaço MED.

A Região Centro não faz parte do território elegível, podendo apenas integrar parcerias dentro de condições particulares. No período 2007-2013 a Região Centro participou, através de uma entidade, em dois projetos MED tendo registado uma despesa total elegível de 255 mil euros, com um FEDER de 191 mil euros.

Programa Europeu de Cooperação Territorial URBACT – 2007-2014

Este Programa apoia as cidades no desenvolvimento de soluções pragmáticas, inovadoras e sustentáveis que integrem as dimensões económica, social e ambiental. Nesse âmbito, é promovida a partilha de boas práticas e aprendizagem entre todos os profissionais envolvidos nas

políticas urbanas através da Europa. O URBACT reuniu neste período cerca de 700 parceiros em mais de 60 projetos em rede, de 29 países, e mais de 7.000 participantes ativos.

A nível nacional houve uma grande adesão ao Programa, com 21 candidaturas bem-sucedidas, representativas de diversas problemáticas das cidades do País. No âmbito do PO URBACT II, 16 cidades portuguesas participaram nas atividades desenvolvidas pelo Programa em 9 áreas temáticas distintas.

A Região Centro participou, através de seis cidades, em 10 redes, tendo a despesa associada sido na ordem dos 500 mil euros com um FEDER associado na ordem dos 275 mil euros.

Programa ESPON 2007-2013

O Programa ESPON tem como objetivo promover e fomentar a dimensão territorial europeia no desenvolvimento e cooperação, disponibilizando informação, promovendo a transferência de conhecimentos e a aprendizagem política junto das autoridades públicas e outros atores políticos nos vários níveis de decisão.

No período 2007-2013 a Região Centro registou a participação de duas entidades em dois projetos, com uma despesa associada de 119 mil euros, para um FEDER de 110 mil euros.

Programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) na Região Centro 2014-2020

Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal 2014-2020 - POCTEP



O Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020 é o resultado direto da experiência favorável que, desde 1989, envolveu a cooperação na fronteira entre os dois países, que permitiu e pretende continuar a avançar na melhoria do nível de desenvolvimento económico e social deste espaço de cooperação.

Investimento previsto pelo Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP)

Objetivo Temático	Custo Total (euros)	FEDER (euros)
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	102.564.377	76.923.282
3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	74.018.585	55.513.939
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	26.971.246	20.228.434
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	119.444.089	89.583.067
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	39.187.006	29.390.254
Assistência Técnica	20.398.421	17.338.658
Total	382.583.724	288.977.635

Programa de Cooperação Transnacional para o Sudoeste Europeu - SUDOE



O Programa de Cooperação Transnacional para o Sudoeste Europeu (SUDOE), co-financiado pelo FEDER, foi elaborado tendo por base os objetivos da Estratégia Europa 2020. O quadro lógico deste Programa transnacional confere uma especial atenção ao desenvolvimento de ações que incidem sobre o crescimento inteligente e sustentável tendo o montante financeiro atribuído ao Programa (106,8 milhões de euros) sido distribuído com a clara intenção de focar os recursos na consolidação de redes de cooperação e resultados de excelência potenciando o investimento em setores prioritários para este espaço.

O espaço SUDOE é composto por 30 NUT III pertencentes a 4 países (Portugal, Espanha, França e Reino Unido-Gibraltar).

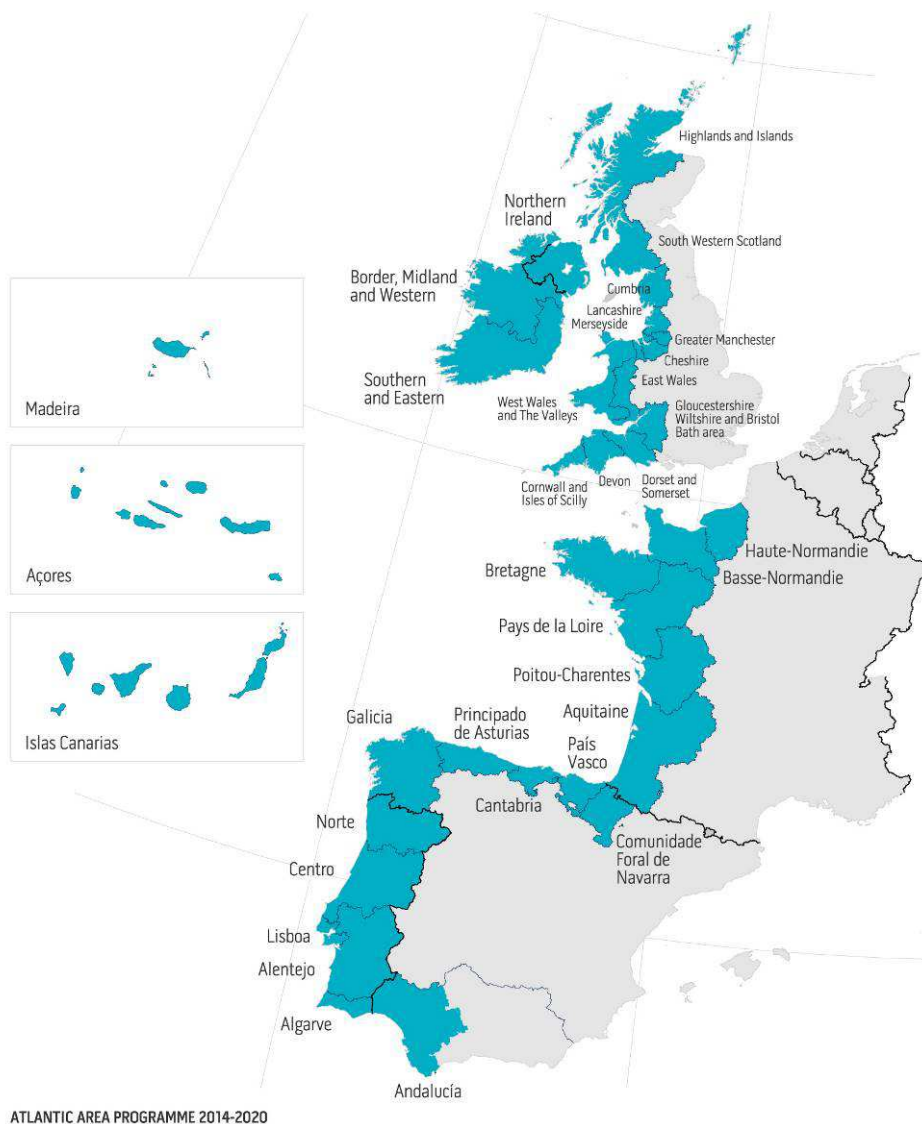


<http://www.interreg-sudoe.eu/prt/homepage>

Programa de Cooperação transnacional INTERREG Espaço Atlântico



Como parte da política de coesão da União Europeia, o INTERREG Espaço Atlântico apoia projetos de cooperação transnacionais em 37 regiões atlânticas de cinco países: França, Irlanda, Portugal, Espanha e Reino Unido, contribuindo assim para a concretização da coesão económica, social e territorial.



O objetivo global é implementar soluções para responder aos desafios regionais nos domínios da inovação, da eficiência dos recursos, do ambiente e dos bens culturais, apoiar o desenvolvimento regional e o crescimento sustentável.

Para o período 2014-2020 tem um orçamento total de 185 milhões de euros, que compreende uma alocação de fundos acima dos 140 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

<http://www.atlanticaarea.eu/>

Programa INTERREG EUROPE



Para reforçar a eficácia da política de coesão, o programa Interreg Europa promove o intercâmbio de experiências entre parceiros em toda a União Europeia, o apoio e a partilha de conhecimento e a transferência de boas práticas entre autoridades regionais e locais e outros atores de relevância regional, principalmente no âmbito de iniciativas que promovam o crescimento e o emprego. Para o período 2014-2020 o programa, conta com uma dotação do FEDER de 359,3 milhões de euros.

A área geográfica elegível é composta por regiões NUT II nos 28 Estados Membros da União Europeia, na Noruega e na Suíça, abrangendo, na sua totalidade, 286 regiões.



<http://www.interregeurope.eu/>

Programa de Cooperação Transnacional Interreg Mediterranean

Programa INTERREG Mediterranean



O Programa de Cooperação Transnacional para o Mediterrâneo (MED), que apoia a partilha de experiências, conhecimento e melhoria das políticas públicas, entre as autoridades nacionais, regionais e locais e outros atores territoriais é cofinanciado pelo FEDER, com uma dotação de 224,3 milhões de euros para o período 2014-2020.

O espaço transnacional é composto por 57 regiões de 10 países da União Europeia (Chipre, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta, Portugal, Reino Unido), e 3 países candidatos (Albânia, Bósnia Herzegovina e Montenegro).

O Programa irá cobrir uma área mais ampla do que o Programa anterior devido à inclusão na área geográfica elegível de novas regiões, nomeadamente a região de Lisboa.



Interreg MED 2014-2020 COOPERATION AREA



<http://interreg-med.eu/en/home/>

Programa URBACT



O programa URBACT é um programa de cooperação territorial europeia com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano integrado sustentável nas cidades em toda a Europa. É um instrumento da Política de Coesão, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com aplicação nos 28 Estados-Membros, Noruega e Suíça.

<http://urbact.eu/>

Programa ESPON 2020



O Programa ESPON 2020 tem como objetivo promover e fomentar a dimensão territorial europeia no desenvolvimento e cooperação, disponibilizando evidências, promovendo a transferência de conhecimentos e a aprendizagem política junto das autoridades públicas e outros atores políticos nos vários níveis de decisão.

O objetivo do Programa de Cooperação ESPON 2020 é de apoiar o reforço da eficácia da política de coesão da UE e de outras políticas e programas sectoriais no âmbito de dos Fundos Estruturais de Investimento Europeus, bem como políticas de desenvolvimento territorial nacional e regional, através da produção, difusão e promoção de informação que abranja todo o território dos 28 Estados-Membros da UE, bem como de quatro Estados parceiros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

http://www.espon.eu/main/Menu_Programme/

Programa INTERact



O INTERACT apoia a cooperação territorial entre as regiões da UE. A promoção da cooperação é uma ferramenta para o crescimento e mudança através do desenvolvimento de políticas e orientação estratégica, no âmbito da cooperação territorial.

O INTERACT é o centro para o intercâmbio de informações e melhores práticas entre os programas de cooperação.

http://www.interact-eu.net/about_us/about_interact/22/2911



Quadro I. Monitorização do Centro 2020: dotação, concursos, candidaturas apresentadas e operações aprovadas

Monitorização do Centro 2020 (valores acumulados)		dezembro 2015	setembro 2015
Dotação de fundo			
Total			
	milhões €	2.155,0	2.155,0
FEDER			
	milhões €	1.751,5	1.751,5
FSE			
	milhões €	403,5	403,5
Concursos/períodos de candidatura			
Total	número	53	46
Fundo comunitário	milhões €	283,0	250,5
	% da dotação de fundo	13,1	11,6
Em aberto	número	9	11
Fundo comunitário	milhões €	39,0	26,3
Encerrados	número	44	35
Fundo comunitário	milhões €	244,0	224,2
Candidaturas apresentadas			
Total	número	3.268	2.961
Investimento total previsto	milhões €	996,5	946,5
Operações aprovadas			
Total	número	936	499
Investimento total	milhões €	292,6	169,0
Investimento elegível	milhões €	234,9	117,7
Fundo comunitário	milhões €	138,0	71,2

Quadro 2. Aprovações no Centro 2020 por Prioridade de Investimento, Tipologia de investimento e Tipologia de projeto/operação

Prioridade de investimento	Tipologia de investimento	Tipologia de projeto/operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
			N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Investigação de Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)	I&DT - Copromoção	7	4.580,2	4.493,4	3.130,4
		I&DT - Vale I&D	38	740,1	740,1	555,1
		I&DT - Demonstradores Copromoção	0	0	0	0
		I&DT - Demonstradores Individuais	1	543,3	543,3	351,8
		Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva não PME	1	2.157,5	2.027,5
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Empreendedorismo	8	11.153,5	9.151,6	6.807,9
		Inovação - Vale Empreendedorismo	215	3.897,6	3.897,6	2.923,2
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Internacionalização	126	69.978,4	39.435,4	17.745,9
		QI PME - Conjuntos	0	0	0	0
		QI PME - Vale Internacionalização	69	1.320,1	1.320,1	990,1
		QI PME - Vale Inovação	373	6.676,6	6.676,6	5.007,4
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Instrumentos Financeiros	IF - Instrumentos Financeiros	-	88.571,4	88.571,4	50.000,0
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva PME	66	80.502,1	73.376,9	46.973,7
	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Qualificação	24,0	21.738,3	3.930,3	1.768,6
		QI PME - Conjuntos	0	0	0	0
PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável	7	765,1	733,7	623,7
TOTAL CENTRO 2020			935	292.624,1	234.897,9	137.992,9

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 3. Aprovações no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) por Prioridade de investimento, Tipologia de investimento e Tipologia de projeto/operação, na Região Centro

Prioridade de investimento	Tipologia de investimento	Tipologia de projeto/operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Incentivo aprovado
			N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - A promoção do investimento das empresas em investigação e inovação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Investigação de Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)	I&DT - Copromoção	23	22.283	21.401	13.832
		I&DT - Demonstradores Copromoção	4	2.758	2.439	1.369
		I&DT - Demonstradores Individuais	1	171	167	100
		I&DT - Vale I&D	12	235	235	176
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva Não PME	8	43.553	40.080	17.874
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Empreendedorismo	0	0	0	0
		Inovação - Vale Empreendedorismo	0	0	0	0
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Conjuntos Internacionalização	33	93.720	83.738	45.204
		QI PME - Internacionalização	52	34.738	26.104	11.719
		QI PME - Vale Internacionalização	7	132	132	99
		QI PME - Vale Inovação	7	132	132	99
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva PME	25	182.781	167.320	99.874
		QI PME - Conjuntos	13	15.984	15.260	8.196
	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Qualificação	25	8.997	6.657	2.996
		QI PME - Vale Inovação	52	962	962	722
TOTAL PO CI*			255	406.314	364.494	202.161

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 4. Aprovações no Programa Operacional Capital Humano (PO CH) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado	Volume de formação	Participantes
		Milhares de euros		Horas	N.º
PI 10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação	Cursos do ensino artístico especializado (EAE)	15.428	13.090	1.542.942	6.881
	Cursos de educação e formação (CEF)	3.833	3.258	833.849	771
PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	Cursos de aprendizagem	19.258	16.370	6.383.664	7.226
	Cursos de educação e formação de adultos (EFA)	14.373	12.217	3.925.006	3.124
PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Cursos profissionais	171.054	145.310	31.998.936	29.725
TOTAL PO CH*		223.947	190.244	44.684.397	47.727

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 5. Aprovações no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado
		Milhares de euros	
PI 8.2 - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude	Estágios Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	38.850	35.742
	Apoios à Contratação Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	13.642	12.550
TOTAL PO ISE*		52.492	48.292

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 6. Aprovações no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) por Eixo prioritário e Categoria de intervenção, na Região Centro

Eixo prioritário	Categoria de intervenção	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
		Milhares de euros	
Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Erosão Costeira	18.863	16.034
Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	Ciclo Urbano da Água	4.585	3.897
TOTAL PO ISE*		23.447	19.930

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Quadro 7. O QREN na Região Centro

(31 de dezembro de 2015)		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas						
Investimento (custo) total	milhões €	10.298	2.645	2.643	3.413	1.596
	% do QREN (total) da região	100,0	25,7	25,7	33,1	15,5
	% do total nacional	27,3	20,4	29,5	38,8	23,4
Investimento (custo) elegível	milhões €	9.247	2.250	2.643	2.983	1.372
	% do QREN (total) da região	100,0	24,3	28,6	32,3	14,8
	% do total nacional	27,5	20,1	29,5	38,5	25,1
Fundo comunitário	milhões €	6.220	1.776	1.932	1.392	1.120
	% do QREN (total) da região	100,0	28,6	31,1	22,4	18,0
	% do total nacional	27,1	22,3	29,8	37,1	24,3
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	92,7	93,7	99,2	82,6	92,6

Quadro 8. FEDER aprovado no âmbito do Mais Centro na Região Centro

	FEDER aprovado		FEDER
	Total	Peso no total nacional*	validado/ FEDER
	Milhares de euros	%	aprovado
			%
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	252 605,0	27,1	98,3
Parcerias para a Regeneração Urbana/Reabilitação Urbana	210 310,3	29,3	97,6
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	202 738,8	29,1	91,3
Mobilidade Territorial	176 226,9	38,0	94,5
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	107 050,5	38,7	95,9
Saúde	95 126,7	35,0	94,7
Equipamentos para a Coesão Local	93 472,3	30,2	95,2
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	76 867,3	39,5	96,2
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	73 729,5	26,5	76,6
Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	61 897,2	51,7	78,2
Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	53 267,1	36,5	97,8
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	48 203,2	26,3	84,7
Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	46 006,6	38,1	96,3
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	40 729,0	32,3	99,7
Assistência Técnica	40 323,9	28,2	81,7
Promoção e Capacitação Institucional	30 741,1	31,0	91,0
Iniciativa Comunitária Jessica	28 800,0	28,1	100,0
Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	22 647,1	29,5	96,9
Património Cultural	19 229,9	18,5	89,6
Energia	18 219,5	33,1	97,7
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	13 692,7	19,7	99,7
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	13 203,3	25,6	94,2
Rede de Equipamentos Culturais	11 015,2	26,6	97,7
Sistema de Apoio a Ações Coletivas	10 935,5	35,2	97,6
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica	10 661,2	48,0	89,6
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	6 434,9	14,4	95,6
Ações de Valorização do Litoral	4 700,1	7,9	98,1
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	4 301,5	42,2	67,1
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	1 228,3	61,9	100,0
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	1 027,7	3,3	97,9
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações imateriais)	968,3	16,4	100,0
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (ações materiais)	41,4	1,4	100,0
TOTAL MAIS CENTRO	1 776 402,0	29,3	93,7

*No total dos Programas Operacionais do Continente.

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 9. FEDER aprovado no âmbito do PO temático Fatores de Competitividade na Região Centro

	FEDER aprovado		FEDER validado*	FEDER validado/ FEDER aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	785 240,6	43,1	692 942,5	88,2
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	134 609,8	41,2	113 630,0	84,4
Engenharia Financeira	122 208,3	33,3	76 359,1	62,5
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	120 875,2	30,6	97 822,6	80,9
Apoio a Ações Colectivas	93 092,7	41,5	68 185,9	73,2
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	75 743,2	25,1	54 880,6	72,5
Apoio à Modernização Administrativa	41 592,3	15,8	29 509,1	70,9
Assistência Técnica	18 350,0	32,8	14 826,5	80,8
TOTAL FATORES DE COMPETITIVIDADE	1 391 712,0	37,1	1 148 156,3	82,5

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 10. Fundos aprovados no âmbito do PO temático Valorização do Território na Região Centro

	Fundos aprovados		Fundos validados*	Fundos validados/ Fundos aprovados*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	290 153,4	27,9	260 015,2	89,6
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	262 176,0	35,1	229 768,4	87,6
Redes e Equipamentos de Transportes	140 236,9	23,0	112 307,8	80,1
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano	85 225,1	45,1	72 465,9	85,0
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	72 385,3	49,2	65 603,2	90,6
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	51 730,4	36,9	47 220,8	91,3
Combate à Erosão e Defesa Costeira	49 707,5	29,7	45 677,5	91,9
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	42 102,4	52,9	39 991,1	95,0
Mobilidade Territorial	34 934,2	8,3	24 942,7	71,4
Prevenção e Gestão de Riscos	28 674,0	19,2	25 934,8	90,4
Recuperação do Passivo Ambiental	24 467,6	39,0	18 543,2	75,8
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	17 959,0	39,8	17 103,8	95,2
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	12 073,2	42,8	11 416,7	94,6
Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	4 318,9	57,6	2 105,4	48,7
Energia	2 579,9	12,1	350,5	13,6
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	1 433,4	34,3	555,0	38,7
TOTAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	1 120 157,2	24,3	974 002,1	87,0

(31 de dezembro de 2015)

Quadro II. Fundo Social Europeu aprovado no âmbito do PO temático Potencial Humano na Região Centro

	Fundo aprovado		Fundo validado*	Fundo validado/ Fundo aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Cursos Profissionais	456 495,2	33,5	456 208,8	99,9
Cursos de Educação e Formação de Adultos	239 929,3	30,4	239 870,1	100,0
Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior	187 376,1	40,0	187 376,1	100,0
Formações Modulares Certificadas	169 904,2	28,5	168 952,1	99,4
Programa Estágios Profissionais	113 290,2	40,1	116 660,8	103,0
Cursos de Educação e Formação de Jovens	105 897,1	28,2	105 723,8	99,8
Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	98 806,0	43,4	89 234,8	90,3
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	71 638,0	27,0	71 638,0	100,0
Programa de Formação Ação	63 848,8	34,4	63 667,4	99,7
Sistema de Aprendizagem	63 618,4	24,6	59 814,7	94,0
Apoio à Inserção de Desempregados	56 050,1	37,7	56 386,5	100,6
Cursos Básicos do Ensino Artístico e Especializado	44 072,0	36,5	44 072,0	100,0
Promoção do Emprego Científico	32 279,4	39,2	31 667,7	98,1
Apoios ao Emprego	30 031,5	35,8	30 031,5	100,0
Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social	29 273,9	34,0	29 061,4	99,3
Formação para a Inovação e Gestão	28 898,1	30,7	28 891,7	100,0
Formação para a Inclusão	22 983,3	39,9	22 983,3	100,0
Cursos de Especialização Tecnológica	21 173,6	42,4	21 173,6	100,0
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	19 105,7	10,1	19 105,7	100,0
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	11 244,6	22,3	8 315,0	73,9
Estágios Profissionais na Administração Pública Local	8 376,6	38,8	8 376,6	100,0
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	7 896,2	30,8	7 711,7	97,7
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	6 000,4	53,8	6 000,4	100,0
Reequipamento dos Estabelecimentos de Ensino	5 913,8	37,6	5 913,8	100,0
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiência	5 719,0	42,5	5 719,0	100,0
Qualificação dos Profissionais do Setor da Educação	5 395,2	34,5	5 395,2	100,0
Apoio Técnico e Financeiro às ONG	4 450,2	27,1	4 450,2	100,0
Qualificação para os Profissionais da Saúde	4 365,9	36,2	4 363,7	100,0
Apoio a Consórcios Locais para a promoção da inclusão social de crianças e jovens	3 305,2	15,0	3 305,2	100,0
Qualificação – Emprego	2 556,5	27,1	0,0	0,0
Qualidade dos Serviços e Organizações	2 311,6	30,1	2 280,6	98,7
Planos para a Igualdade	2 126,4	37,0	2 126,4	100,0
Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres	1 775,6	20,0	1 775,6	100,0
Educação para a Cidadania - Projetos Inovadores	1 692,8	23,1	1 527,7	90,2
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes	1 420,0	10,6	1 337,4	94,2
Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros	1 053,1	19,1	1 053,1	100,0
Apoio a projetos de formação para públicos estratégicos	975,2	24,9	975,2	100,0
Programas Integrados para a Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens	500,6	15,0	0,0	0,0
Ações de Formação e Iniciativas de Sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos Imigrantes	127,3	26,9	127,3	100,0
TOTAL POTENCIAL HUMANO	1 931 877,2	29,8	1 913 273,9	99,0

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 12. Aprovações e Execução financeira no Mais Centro

			dezembro 2015	dezembro 2014	dezembro 2013	dezembro 2012
Aprovações						
Operações	n.º		4.290	4.439	4.433	3.298
Investimento (custo) total	milhões €		2.644,6	2.724,4	2.663,4	2.545,0
Investimento (custo) elegível	milhões €		2.249,7	2.319,7	2.259,9	2.147,5
Fundo comunitário	milhões €		1.776,4	1.809,2	1.732,5	1.645,6
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €		2.100,1	1.774,7	1.513,3	1.221,3
Fundo comunitário	milhões €		1.664,6	1.400,6	1.190,8	957,4
Pagamentos aos beneficiários	milhões €		1.646,6	1.412,6	1.209,4	981,9
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso	%		104,7	106,6	102,1	97,0
Taxa de execução	%		98,1	82,6	70,2	56,4
Taxa de realização	%		93,7	77,4	68,7	58,2
Taxa de pagamento	%		92,7	78,1	69,8	59,7
Taxa de reembolso	%		98,9	100,9	101,6	102,6
Rácio pagamentos aos beneficiários/fundo programado	%		97,1	83,3	71,3	57,9

Quadro 13. Monitorização dos contratos com as Comunidades Intermunicipais no âmbito do Mais Centro

CIM	Aprovação		Execução	
	Candidaturas aprovadas (n.º)	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER validado (milhões €)	FEDER validado/FEDER aprovado (%)
Beira Baixa	40	25,1	24,8	98,8
Beiras e Serra da Estrela	109	60,4	59,8	99,0
Médio Tejo	76	79,5	77,4	97,3
Oeste	42	50,3	50,2	99,7
Região de Aveiro	101	100,9	100,3	99,4
Região de Coimbra	109	90,6	89,5	98,8
Região de Leiria	69	51,6	51,3	99,4
Viseu Dão Lafões	101	76,5	75,4	98,5
TOTAL	647	535,0	528,7	98,8

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 14. Indicadores no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais: educação e outros regulamentos

CIM	Total		Educação			Outros Regulamentos		
	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado
	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)	(%)	(milhões €)	(milhões €)	(%)
Beira Baixa	25,1	24,8	6,9	6,9	100,0	18,3	18,0	98,3
Beiras e Serra da Estrela	60,4	59,8	11,0	10,9	99,1	49,3	48,8	99,0
Médio Tejo	79,5	77,4	42,9	42,7	99,6	36,6	34,6	94,6
Oeste	50,3	50,2	40,2	40,2	99,9	10,1	10,0	99,0
Região de Aveiro	100,9	100,3	48,7	48,6	99,7	52,2	51,7	99,2
Região de Coimbra	90,6	89,5	37,9	37,8	99,7	52,7	51,8	98,2
Região de Leiria	51,6	51,3	18,5	18,2	98,6	33,1	33,1	99,9
Viseu Dão Lafões	76,5	75,4	18,0	17,9	99,1	58,5	57,5	98,3
TOTAL	535,0	528,7	224,1	223,2	99,6	310,8	305,5	98,3

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 15. Fundo comunitário aprovado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Beira Baixa	2,4	3,9	8,1	3,9	0,0	18,3
Beiras e Serra da Estrela	4,0	7,0	22,7	7,7	8,0	49,3
Médio Tejo	1,7	4,7	16,1	6,2	7,9	36,6
Oeste	1,4	1,7	6,0	0,5	0,6	10,1
Região de Aveiro	11,0	15,7	11,0	9,1	5,3	52,2
Região de Coimbra	4,2	19,4	15,1	9,3	4,7	52,7
Região de Leiria	2,3	10,3	14,8	5,5	0,4	33,1
Viseu Dão Lafões	4,9	3,2	41,7	4,2	4,6	58,5
TOTAL	31,9	65,7	135,3	46,4	31,4	310,8

(31 de dezembro de 2015)

Quadro 16. Fundo comunitário validado/executado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Areas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Beira Baixa	2,4	3,9	7,8	3,9	0,0	18,0
Beiras e Serra da Estrela	3,9	7,0	22,7	7,7	7,7	48,8
Médio Tejo	1,7	4,3	15,8	6,2	6,6	34,6
Oeste	1,4	1,6	6,0	0,5	0,6	10,0
Região de Aveiro	11,0	15,6	11,0	8,9	5,2	51,7
Região de Coimbra	4,1	19,2	14,9	9,1	4,5	51,8
Região de Leiria	2,3	10,3	14,7	5,5	0,4	33,1
Viseu Dão Lafões	4,5	3,1	41,1	4,2	4,6	57,5
TOTAL	31,2	64,9	134,0	45,9	29,5	305,5

(31 de dezembro de 2015)

SIGLAS E ABREVIATURAS

CIM	Comunidades Intermunicipais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
ICT	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PCT	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
PO	Programa Operacional
PO CH	Programa Operacional Capital Humano
PO CI	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO ISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO FC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PO PH	Programa Operacional Potencial Humano
PO SEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PO VT	Programa Operacional Valorização do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SI	Sistemas de Incentivos
SCT	Sistema Científico e Tecnológico

CONTACTOS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra

Telefone 239 400 100

Para informações sobre a situação económica da Região Centro, consultar o “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” em www.ccdrc.pt/boletim. Para obter a informação conjuntural, consultar <http://datacentro.ccdrc.pt>.

Co-financiamento:

CENTRO 2020

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional